



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

UMA GESTÃO PARTICIPATIVA

JOÃO DE OLIVEIRA BATISTA

**BELO HORIZONTE - MG
2013**

JOÃO DE OLIVEIRA BATISTA

UMA GESTÃO PARTICIPATIVA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jaqueline daSilva Figueiredo Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE - MG
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

João de Oliveira Batista

GESTÃO PARTICIPATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professor

-Avaliador

Prof^aJaqueline da Silva Figueiredo Pereira– Orientadora

João Oliveira Batista- Cursista

Dedico este trabalho a Deus que permitiu que minhas faculdades mentais e espirituais pudessem desenvolver um pouco mais, a minha família pelo apoio e compreensão no tempo desprendido de sua companhia e aos meus mestres que dispuseram o seu conhecimento em favor de minha formação.

*“O único homem educado é o homem
que aprendeu a aprender; que aprendeu
a adaptar-se e mudar.”*

Carl Rogers

RESUMO

O Presente trabalho traz uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães – CAIC da comunidade Jardim Eunice, no município de Alfenas, MG. O objetivo deste estudo é analisar a importância da gestão democrática participativa para a formação para o exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade do ensino. A compreensão do papel do gestor na implantação e consolidação da gestão democrática participativa também foi analisada. Para a realização do trabalho foi feita pesquisa bibliográfica tendo como referência os seguintes assuntos: gestão escolar, função do gestor escolar, proposta político-pedagógico, dentre outros. A análise do PPP da referida escola e seu processo de construção também constituíram as fontes da pesquisa.

Palavras-chave: Gestão Participativa; Ações Eficazes; Práticas Educacionais significativas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 GESTÃO PARTICIPATIVA.....	08
1.1 Conceituação.....	08
2 O PAPEL DA LIDERANÇA DO GESTOR.....	11
3 PROCESSO DE DECISÃO.....	12
4 RELAÇÕES DE TRABALHO.....	14
5 CONCLUSÃO.....	16
REFERÊNCIAS.....	18
ANEXO	19

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, as novas estruturas familiares, sociais, econômicas, empresariais e políticas, nacionais e mundiais requerem um novo modelo de escola, com responsabilidade social, que forme um novo tipo de cidadão. E isso só será possível com um novo estilo de gestão escolar, para qual o diretor deve sensibilizar-se e preparar-se. A democratização e a participação consciente e responsável de toda a comunidade escolar no processo decisório, em ações articuladas e conjuntas, visam um ensino de qualidade, pois, uma escola com qualidade e eficácia deve ser gerida com competência, agilidade, criatividade e entusiasmo, de forma participativa e colegiada. Através de uma pesquisa qualitativa podemos aproximar ao conhecimento da realidade da gestão educacional exercida e a influência relevante sobre a possibilidade de acesso às oportunidades sociais da vida em sociedade, pois a organização da escola e sua gestão revelam seu caráter excludente ou incluyente. É possível inferir que a importância atribuída à gestão da educação no atual momento fundamenta-se numa tentativa de reestruturação do sistema de ensino influenciando nos seus objetivos, funções, atribuições, competências e acesso. Porém, essas tendências não são produtos de escolhas isoladas ou projetos específicos, ao contrário, respondem a exigências internas e muito mais o fazem com relação aos constrangimentos externos, é o que pode ser constatado quando se observam as orientações das propostas elaboradas em âmbito federal, estadual e em muitos casos municipal e as comparam às recomendações dos organismos internacionais. Para que os programas de administração participativa possam gerar bons dividendos, em realidade poucas organizações têm conseguido mudanças e resultados expressivos, as organizações necessitam apropriar os fatores de eficiência entre eles, a estrutura, os sistemas, os estilos de gestão, as pessoas, os recursos e a cultura organizacional. Tendo em vista que no caso de estudo é preciso por em prática

a maior participação da comunidade escolar dessa unidade tão como iniciar a formação dos membros envolvidos para aproximação ao máximo da eficácia do propósito institucional contemplado no Projeto Político Pedagógico.

1 GESTÃO PARTICIPATIVA

1.1 Conceituação

Os termos gestão democrática, compartilhada e participativa embora não sejam somente do campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática. Frigotto (2000), ao discutir o papel da educação, afirma a especificidade dessa prática e, ao mesmo tempo, destaca sua articulação às relações sociais mais amplas e a contradição subjacente a esse processo.

Pressupõe-se que uma gestão ocorra em um contexto em que existem condicionamentos de ordem política, econômica e social que, no caso da sociedade capitalista, verificam-se sob o modo de produção capitalista. Nessa ótica, a administração é um processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos humanos, materiais, financeiros e informacionais visando à realização de objetivos.

Em 1961, no 1º Simpósio de Administração Escolar ocorrido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, foi aprovado o conceito: A administração escolar supõe uma filosofia e uma política diretoras preestabelecidas: consiste no complexo de processos criadores de condições adequadas às atividades dos grupos que operam em divisão de trabalho; visa à unidade e à economia de ação, bem como ao progresso de empreendimento. O complexo de processos engloba as atividades específicas planejamento, organização, assistência à execução (gerência), avaliação dos resultados (medidas),

prestação de contas (relatório) e se aplica a todos os setores... (apud MARTINS, 2000)

A gestão escolar pressupõe uma filosofia e uma política que a norteiam; logo, segue prioridades estabelecidas para a educação, resultantes de uma reflexão profunda, sistemática e contextual dos problemas educacionais da realidade comunitária local. Se a ética de quem estabelece a política educacional prioriza o intelectualismo e o professor como centro do processo educativo, por exemplo, tem-se uma educação tradicional. Priorizando o aluno ativo e centro do processo educativo. Se priorizar o aluno concreto, projeto político da sociedade, tem-se uma educação progressista. A partir, pois, da concepção de educação, tem-se o tipo de administração escolar: humanista tradicional, humanista moderna ou progressista. A administração escolar é um conjunto complexo de atividades que criam condições para a integração e bom funcionamento de grupos que operam em divisão de trabalho. A administração escolar visa à unidade e à economia da ação, bem como ao progresso do empreendimento.

Fica mais uma vez evidente que a preocupação da administração escolar é manutenção da unidade. Sendo assim, deve cuidar da otimização de recursos sem, entretanto, diminuir o rendimento. Isto equivale dizer que, em nenhum momento, esta gestão escolar deverá economizar recursos vindos implicar queda da qualidade de ensino, pois esta é meta, enquanto este aprimoramento do recurso é meio.

A instituição de estudo através de uma gestão participativa da escola com a comunidade em reuniões e também formação do colegiado para tomar decisões e traçar objetivos, busca assim um ensino de qualidade. Com reuniões, palestras, trabalho voluntário é possível oferecer uma maior participação da comunidade, contando com uma equipe, que ainda precisa ser capacitada, unida e experiente, comprometida com os melhores resultados, garantindo assim um espaço de afetividade, conhecimento, crescimento físico e psicossocial.

2 PAPEL DA LIDERANÇA DO GESTOR

Pesquisas demonstram que as ações específicas relativas à liderança do gestor estão diretamente associadas às escolas eficazes. Nas escolas eficazes os diretores agem como líderes pedagógicos (apoiando os estabelecimentos as prioridades, avaliando os programas pedagógicos, organizando e participando dos programas de desenvolvimento de funcionário e também enfatizando a importância dos resultados alcançados pelos alunos). Também agem como líderes em relações humanas, enfatizando a criação e manutenção de um clima escolar positivo e a solução de conflitos o que inclui promover o consenso quanto aos objetivos e métodos, mantendo uma disciplina eficaz na escola e administrando disputas pessoais.

No entanto, deve-se ter em consideração que a motivação, o ânimo e a satisfação não são responsabilidades exclusivas dos gestores. Os professores e os gestores trabalham juntos para melhorarem a qualidade do ambiente, criando as condições necessárias para o ensino e a aprendizagem mais eficaz identificando e modificando os aspectos do processo do trabalho, considerados adversários da qualidade do desempenho. As escolas onde há integração entre os professores tendem a ser mais eficazes do que aquelas onde os professores se mantêm profissionalmente isolados.

As práticas de liderança em escolas altamente eficazes incluem: apoiar o estabelecimento de objetivo claro, propiciar a visão do que é uma boa escola e encorajar os professores, ao auxiliá-los nas descobertas dos recursos necessários para que realizem seu trabalho. As escolas bem sucedidas são caracterizadas pela delegação aos professores da gestão e tomada de decisões em sala de aula, assim como pela boa integração profissional entre os professores.

3 PROCESSOS DE DECISÃO

Conforme o PPP da escola, o Colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. As funções de caráter deliberativo compreendem a tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, desenvolvidas na escola. As funções de caráter consultivo compreendem a emissão de pareceres, quando consultados pelo diretor ou pela comunidade escolar sobre:

- Proposta de medidas que visem à melhoria do ensino;
- Avaliação de desempenho dos profissionais da escola;
- Avaliação institucional da escola;
- Outras situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas pela escola.

Ao colegiado, observado as normas legais e as diretrizes estabelecidas para o setor educacional e as especificidades da comunidade escolar, competente: Participar da elaboração, implementação e avaliação da PPP. Acompanhamento do processo de composição do quadro de pessoal. Acompanhar e aprovar a aplicação dos recursos financeiros da escola. Através de uma gestão participativa a relação da escola com a comunidade é realizada com a participação dos pais e funcionários em reuniões e também formação do colegiado para tomar decisões e traçar objetivos, buscando assim um ensino de qualidade.

Com uma participação da comunidade envolvida e comprometida na busca dos melhores resultados, vai garantindo assim um espaço de desenvolvimentos das capacidades e habilidades de toda comunidade escolar. A instituição apresenta uma boa aceitação quanto às necessidades de buscar meios de “gestão participativa”, isto é feito através de motivações diversas. Apesar disto, a equipe administrativa e pedagógica da escola ainda considera pequena a participação da comunidade. A equipe salienta que a comunidade precisa de um trabalho diferenciado não só por parte da escola, mas integração de assistência social, saúde e lazer. Para que ocorra realmente a gestão

democrática é essencial que se faça uma “leitura” detalhada da realidade do entorno da escola, e para que isso ocorra todos os profissionais da educação envolvidos devem ter competência técnica, política e humana, pois só assim poderão superar os obstáculos que possam surgir na conquista de uma escola realmente cidadã.

Na ocasião, vivenciar a gestão democrática nas escolas significa estar em consonância com esse momento de cidadania que reclama uma participação cada vez mais e atuante da sociedade. A participação na gestão da educação e da escola é um processo de conquista, que ajuda a comunidade a contribuir na tomada de decisões nas escolas e também na construção de políticas educacionais.

Conforme Lima (1988, p. 22) “O conceito de participação surge geralmente associado ao conceito de democracia”. É o que todos os educadores esperam, mas ainda temos escolas muito longe desta realidade. A escola busca meios para que a participação aconteça, mas muitos pais ainda não se conscientizaram da importância da participação, na busca de uma escola pública de qualidade. O autor ainda afirma que a não participação é um ponto negativo para toda escola, destacando que todos os envolvidos na educação saem perdendo: pais, professores, alunos, etc.

Portanto, a construção de um projeto político pedagógico coletivo com a participação de toda a comunidade escolar constitui a identidade de cada escola e é, sem dúvida, o instrumento primordial que permite uma gestão democrática. Assim, a participação de professores, alunos, pais e funcionários na organização da escola, na escolha dos conteúdos a serem ensinados, nas formas de administração da mesma será tão mais efetivamente democrática. Desenvolvendo a autonomia e a criatividade na reorganização da escola para melhor propiciar a sua principal finalidade: o educar, no sentido amplo da palavra.

4 RELAÇÕES DE TRABALHO

Cuidar do ambiente de trabalho, sempre no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, é compromisso da Escola, assim como promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor, considerando os direitos, deveres e responsabilidades individuais, de acordo com as atribuições de cada cargo. É preciso considerar atitudes relevantes como: chamar as pessoas pelo nome, sendo cordial, lembrar as datas dos aniversários, ser atencioso ao ouvir as pessoas. Quando precisar chamar atenção, que o faça de forma ponderada. Priorize o trabalho em equipe, destacando os valores e possibilidades de cada um.

Trabalhar o aprender a ser, e o aprender a conviver é tarefa do Especialista, responsável, em conjunto com o diretor, por criar um clima educativo na escola, de harmonia e entusiasmo, clima sem o qual se torna difícil garantir sucesso dos alunos e o cumprimento das metas da escola. Os conflitos de relação são pouco frequentes na escola, seja aluno/aluno, professor/aluno, professor/professor/direção. Quando ocorrem casos de conflitos com alunos, de preferência são resolvidos pelo professor, quando essa estratégia não é possível, os alunos são encaminhados a direção, onde é atendido pela Especialista e pela Diretora.

Precede às medidas disciplinares aos discentes:

- Discutir os valores sociais com os alunos, sensibilizando-o para a solidariedade e o espírito de grupo, que devem nortear a convivência em sociedade;
- Estimular a auto avaliação do aluno acerca de seu comportamento;
- Prestar esclarecimentos ao aluno sobre as consequências da indisciplina na aprendizagem;
- Promover orientação ao aluno quanto à possibilidade de mudança de postura, com intuito de elevar sua estima.

A família é comunicada por bilhete de solicitação de comparecimento a escola, arquivado com a assinatura do responsável. Conflitos graves que excederem essas medidas são buscados auxílios no Conselho Tutelar.

Conflitos com professores e funcionários, são preferencialmente resolvidos na escola, através de um diálogo transparente, registrado em ata. É fundamental a participação da família no processo de aprendizagem. Os pais precisam acompanhar a vida escolar dos filhos, participando das reuniões promovidas pela escola e atendendo a solicitação quando se fizer necessário.

O envolvimento da família com a escola e os professores é um processo ainda a desejar, uma vez que muitos pais ainda não interessam pelo processo ensino aprendizagem dos seus filhos.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho trata-se de uma hipótese que merece ser melhor explorada, no entanto, não se pode desconsiderar que certos modismos presente nas novas teorias administrativas vêm ocupando espaços cada vez mais significativos no setor educacional, onde até os termos são utilizados para redefinir situações e (re) significar algumas práticas, onde é claro as experiências vivenciadas na escola de estudo. Este século esta sendo marcado pelo crescimento das formas coletivas de gestão e de execução do trabalho humano.A descentralização começa a nortear as mudanças propugnadas para a organização e administração dos sistemas de ensino, seguindo as orientações gerais no quadro de desenvolvimento atual.É possível inferir que a importância atribuída à gestão da educação no atual momento fundamenta-se numa tentativa de reestruturação do sistema de ensino influenciando nos seus objetivos, funções, atribuições, competências e acesso. Porém, essas tendências não são produtos de escolhas isoladas ou projetos específicos, ao contrário, respondem a exigências internas e muito mais o fazem com relação aos constrangimentos externos, é o que pode ser constatado quando se observam as orientações das propostas elaboradas em âmbito federal, estadual e em muitos casos municipal e as comparam às recomendações dos organismos internacionais.

Para que os programas de administração participativa vigentes nos documentos da unidade escolar possam gerar bons dividendos, conseguir mudanças e resultados expressivos, é necessário apropriar os fatores de eficiência entre eles a estrutura, os sistemas, os estilos de gestão, as pessoas, os recursos e a cultura organizacional.O desequilíbrio entre esses fatores e o desalinhamento com a filosofia participativa dificultam a obtenção de resultados positivos. Gerir participativa mente implica sobretudo postura filosófica, isto é, essencial pensar e agir partilhadamente. Assim, a organização deve apropriar a estrutura hierárquica à fluência das informações e a tomada das decisões partilhada.A liderança está buscando deixar de ocupar o ápice da pirâmide para ocupar o centro da roda viva do processo organizacional. Os sistemas em geral e principalmente das informações devem ser adequados ao trabalho participativo. As gerencias devem ter um repertório de estilos que lide bem com

as práticas partilhadas do poder, isto é, precisam conferir autonomia as equipes de trabalho.

As pessoas ainda estão no processo de serem preparadas para assumir responsabilidades e compromentimentos com resultados, através de algumas palestras, seminários, simulados, jogos, reuniões. Os recursos financeiros e tecnológicos devem ser compatíveis com o teor e o grau das práticas desejadas. A cultura, ou modo como as coisas são realizadas, é o pano de fundo do cenário. Como se sabe, os princípios, valores, crenças, usos e costumes não são passíveis de modificação do dia para a noite; então, o fator cultura é um dos pontos de mais difícil tratamento quando não alinhado a filosofia participativa.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. **O papel do diretor na Administração Escolar**. 7. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DEMO, P. Metodologia da Investigação em Educação. Curitiba: IBPEX, 2003.
FERREIRA, N. S.; AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, N. S. (org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MARTINS, J. do P. **Administração Escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. São Paulo: Cortez, 1988.

ANEXO



**ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES -
CAIC**

PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA - 2013

**ALEXANDRE FLAUSINO DA SILVA
JOÃO DE OLIVEIRA BATISTA
TELMA REGINA TOLEDO SILVA
VÂNIA MARIA FRENHAN ALVES**

ALFENAS - MG

ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES –

CAIC

PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA -2013

**Projeto Político Pedagógico apresentado como
requisito necessário para conclusão das
atividades desenvolvidas na Sala Ambiente
Projeto Vivencial sob orientação da Professora
Regina A. Barros de Souza do Curso de Espe-
cialização em Gestão Escolar da Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG).**

Alfenas, 2013
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1- FINALIDADES DA ESCOLA	5
2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	7
3- CURRÍCULO.....	10
4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	14
5- PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
6- RELAÇÕES DE TRABALHO.....	19
7- AVALIAÇÃO.....	21
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
9- REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães – CAIC, foi criada pela Lei Municipal nº 2734 de 10 de outubro de 1995. Atende aos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental no período diurno e EJA - Educação de Jovens e Adultos, no período noturno. Localizada na Alameda dos Ipês nº 230, no Jardim Eunice, no município de Alfenas, MG. Telefones (35)- 3698-2130, (35) 36982123 e 36982131. email. secretaria.caic@alfenas.mg.gov.br, diretor.caic@alfenas.mg.gov.br. Web Site www.dr-joao-j-de-magalhaes-caic.webnode.com.

Nossa equipe conta com 90 profissionais experientes, especializados cada um na sua área de competência e que tem o bem estar e o desenvolvimento do aluno como prioridade. Nesse processo o professor é o mediador dessa interação do aluno com o conhecimento, proporcionando um mundo de informação e comunicação para que ele possa construir seu pensamento, suas aptidões e atitudes, possibilitando aprendizagens significativas.

Em sua parte física conta com salas amplas e arejadas proporcionado ao aluno conforto e bem estar. Possui sala para atendimento individual aos pais ou responsáveis. Ampla e bem equipada biblioteca, bem como laboratório de ciências e laboratório de informática. Nossos espaços externossão bastante aproveitados e utilizados por nossos alunos e a comunidade em geral.

A escola pertence ao Sistema Municipal de Ensino, com aproximadamente 600 alunos no ensinofundamental no período diurno e 100 alunos na EJA noturno. Por ser localizada na periferia da cidade, os alunos e comunidade, apesar das dificuldades que enfrentam tanto sociaisquanto intelectuais valorizam muito a escola pois sabem que nela é que vão conseguir condições de um futuro melhor.

Esse PPP foi elaborado pela direção, coordenação e comunidade escolar visando o comprometimento com a formação de um cidadão crítico e inserido na sociedade com uma situação social e econômica resolvida, buscando ações que o levem a atingir objetivos que nortearão o cotidiano, vivenciado. Este PPP é voltado para a construção de um sujeito ativo, participativo e corresponsável pelo saber.

1-FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães tem como finalidade oferecer um ensino de qualidade, objetivando formar agentes de transformação do meio, através do trabalho escolar participativo, em articulação com a comunidade. Resgatar os valores essenciais para sobrevivência humana, tornando a escola um lugar prazeroso pelo trabalho em conjunto e conscientizando o aluno para o pleno exercício da cidadania. Enfim, a escola procura ampliar, aprofundar e construir novos conhecimentos, a fim de tornar o aluno capaz de agir com segurança e saber resolver situações do dia-a-dia.

Por isso, sabendo que a Proposta Pedagógica norteia todo o processo de ensino-aprendizagem, estamos elaborando-a com o objetivo de mostrar a realidade da escola e de seus alunos e propor mudanças.

Cabe à escola, ao elaborar a sua Proposta Pedagógica, debater os parâmetros apresentados e pensar o seu currículo e as alternativas pedagógicas para concretizá-lo.

A Escola Municipal “Dr. João Januário de Magalhães” está vivenciando este desafio. Temos como meta, a aprendizagem e tudo devem ser intencionalmente organizadas para que esse objetivo se concretize, pois seguramente as pessoas convivem no tempo-espço escolar com o objetivo de aprender e ensinar e esta interação necessária ao processo de aprendizagem pressupõem o exercício dos alunos levantando hipóteses, redefinindo-as quando necessário, investigando sempre curiosos, interessados, perguntando e produzindo.

Com esse propósito o Corpo Docente da Escola Municipal “Dr. João Januário de Magalhães” se propõe a alcançar os seguintes objetivos:

- Possibilitar ao educando oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais;
- Favorecer a sondagem de aptidões, no sentido de orientar o aluno em sua opção e posterior integração na força do trabalho;

- Proporcionar iniciação técnica que permita ao educando integrar-se na comunidade como elemento produtivo ou prosseguir seus estudos;
- Manter intercâmbio comunidade-escola oportunizando a integração do aluno seu meio físico e social;
- Capacitar o aluno a situar-se dentro de um mundo dinâmico e em constante mutação sócio cultural através de preparação adequada para atuar nas diferentes situações cotidianas;
- Favorecer condições para que o aluno possa usar da liberdade com consciência e dignidade;
- Partir de práticas escolares e de modelos de gestão democrática construídos em nível local que permitam incorporar as necessidades e trabalhar sobre elas ao longo do processo, assegurando acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos, conquistando assim a autonomia da escola;
- Acompanhar a frequência dos alunos, o seu rendimento e procurar recuperá-lo no momento em que sua aprendizagem se mostrar insuficiente.

2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola procura adequar o espaço interno e externo conforme os objetivos definidos na proposta, contemplando a função pedagógica da escola, a saber: desenvolvimento de habilidades e competências, atividades dirigidas, recreativas e esportivas.

Segundo Veiga (2002 p.79) diz que a escola, em geral, dispõe de dois tipos básicos de estrutura: a administrativa e a pedagógica. A estrutura administrativa compreende a locação e gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e dá sustentação à estrutura pedagógica. Um projeto Político Pedagógico que visa definir as questões de ensino-aprendizagem, de política, a metodologia e o currículo sem organização da estrutura administrativa não consegue dar conta das demandas da escola. O importante é que a escola construa o seu Projeto político Pedagógico e seu Projeto Administrativo.

2.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A escola é composta pela seguinte estrutura administrativa: seu quadro de funcionários possui 41 professores P1, no período diurno, 10 professores P2 no período noturno, 03 coordenadores de turmas (supervisores), 02 orientadores e 32 funcionários de serviços gerais, para a manutenção do prédio, um diretor e um vice-diretor.

Em sua parte física estrutural conta com uma quadra coberta, duas quadras de areia, um auditório, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, uma ampla e bem equipada biblioteca, refeitório e cozinha industrial, uma sala de coordenação e supervisão, uma sala de orientação e atendimento aos pais, uma sala de direção, uma sala de professores com banheiros masculino e feminino, e 16 amplas e arejadas salas de aula. O espaço externo é bastante amplo e diversificado.

A manutenção da escola é feita pela Prefeitura Municipal e pela AUC (Associação dos Usuários do CAIC), com recursos do FNDE através dos Programas: PDDE; Educação Integral(Mais Educação); e PDE Interativo.

2.2ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Regime: A Escola Dr. João Januário de Magalhães - CAIC encontra-se organizada em regime de ciclo nos anos iniciais e Intermediário de alfabetização e de seriação nos anos finais do ensino fundamental (EJA).

Organização temporal: A organização do tempo escolar assegura o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas anuais para o ensino fundamental, assim como 100 dias letivos e 400 horas semestrais para a modalidade EJA de ensino fundamental, nos termos da legislação pertinente.

Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental

Os três primeiros anos de escolaridade, destinados a Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 31 de março

do ano em curso, terão suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos sejam capazes de:

I- 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II- 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos ;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III- 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final desses três primeiros anos, destinados à Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

O 4º e o 5º ano, a que terão ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever terão suas atividades pedagógicas organizadas de modo

a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, sejam capazes de:

I- 4º Ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatário e contexto ;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II- 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler compreendendo o conteúdo dos textos, sejam eles informativos, literários, de comunicação ou outros gêneros.

Ao final do 4º e 5º ano, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

A programação curricular do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Na organização curricular dos anos iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

A questão ambiental contemporânea deve ser trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal.

O ensino religioso, com aulas especializadas ou não, deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social.

A organização das turmas é feita pelos coordenadores, supervisores e professores. A enturmação é mista e é realizada considerando a idade, o ritmo de aprendizagem e outras circunstâncias relevantes para que as turmas sejam formadas o mais equilibrado possível.

Sempre que possível e necessário podem ser organizadas classes ou turmas com alunos de níveis de ensino distintos, de acordo com o grau de conhecimento.

Para as aulas práticas, em laboratórios (informática e sala de recursos) ou outras, as classes são divididas em turmas que atendam às peculiaridades dos alunos e aos recursos físicos do estabelecimento.

Em toda a Educação Básica o regime de matrícula é anual, sendo que para o ingresso no 1º ano a criança deve ter seis anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em curso.

A escola trabalha também em torno de projetos, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorecer a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento, dentre eles, os Temas Transversais.

3 - CURRÍCULO

Currículo são os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam

por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus de escolarização.

Essas concepções refletem diferentes compromissos e posições teóricas. O que podemos afirmar, no entanto, é que as discussões curriculares envolvem os temas relativos aos conhecimentos escolares, aos procedimentos pedagógicos, às relações sociais, aos valores que a escola inculca às identidades dos (as) alunos (as). Cabe ressaltar que as discussões inevitavelmente recaem sobre questões relativas ao conhecimento, à verdade, ao poder e à identidade, com maior ou menor ênfase.

Todavia, a escola, procura centrar o currículo dentro da realidade presente na instituição. A interação é constante entre a comunidade escolar propiciando discussão entre os sujeitos comprometidos e abertos ao diálogo, tornando-se uma ferramenta essencial para a qualidade do trabalho e garantia do sucesso.

Nessa perspectiva, o processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação 1994, p. 33).

O currículo da Base Nacional Comum do Ensino Fundamental na Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães – CAIC abrange obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- Linguagens:
 - a) Língua Portuguesa;
 - b) Língua Estrangeira moderna;
 - c) Arte;
 - d) Educação Física;
- Matemática;

- Ciências
- a) História;
- b) Geografia;
- Ensino Religioso.

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, a ser complementada e por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Na parte diversificada do currículo é incluída em toda a rede municipal a Iniciação à Informática e Educação Patrimonial e Turismo por sermos de uma cidade turística e a inclusão de tal disciplina permite que resgatemos nossas culturas e tradições.

Os conteúdos curriculares da educação básica observam, ainda, as seguintes diretrizes:

- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.
- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- Orientação para o trabalho;

Na organização curricular dos Anos Iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de

compreensão da realidade.

A programação curricular dos Anos Iniciais, tanto no campo da linguagem quanto no da matemática, deve ser organizado de maneira que possa gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos desde os mais simples aos mais complexos, para que promovam simultaneamente a alfabetização e o letramento. Nessa organização os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação a Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Anos.

A Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal, através de jogos, ginástica, dança, esportes e festas.

A escola deve, ao longo de cada ano, acompanhar sistematicamente os processos de aprendizagem dos alunos, utilizando de estratégias diversas de intervenção pedagógica para sanar, de imediato, as dificuldades evidenciadas, a fim de garantir que todo aluno alcance ao final de cada ano o padrão básico de desempenho esperado.

Os conteúdos curriculares dos Anos Finais são os contidos nos Conteúdos Básicos Comuns.

O ensino da História do Brasil e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil devem assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para constituição da nação.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas, como componente curricular de todos os anos do Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religioso do Brasil e vedadas qualquer formas de proselitismo.

Nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental a Educação Física é ministrada por professor regente de aulas habilitado. Temas como saúde, sexualidade

e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidos de forma interdisciplinar integrado aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada, na escola é desenvolvido em forma de projetos.

A Música constitui conteúdo do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, teatro e a dança.

O desenvolvimento da educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades, através de projetos, em parceria com as Universidades do nosso município. Contamos com o apoio de profissionais de saúde que sempre fazem campanhas e palestras sobre saúde e alimentação, tais procedimentos muitas das vezes são estendidos também aos pais que são convidados a participar dos eventos.

Os planejamentos na escola são feitos de forma coletiva pelos professores com apoio da equipe pedagógica, os professores de cada série se reúnem e juntos fazem seu planejamento e traçam o plano de trabalho anual, sendo que o mesmo pode sofrer mudanças no decorrer do período. Também são definidas as datas de reuniões com pais, auditórios a apresentações.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O meio é fruto do homem e, por isso mesmo, ele pode ser modificado ou conservado segundo a sua vontade, essa que, se educada para a cidadania, para o respeito mútuo, para a valorização das diferenças, para o respeito ao meio ambiente,

ao cuidado consigo e com o outro encontrará canais abertos para se efetivar e buscar o sucesso do processo de ensino aprendizagem e a formação de uma sociedade mais justa.

A maioria dos alunos que frequentam a instituição vem das classes populares, trazendo consigo conhecimentos, hábitos, habilidades, vivências e uma curiosidade inesgotável de entrar em contato com o mundo que desconhecem e uma necessidade afetiva de atenção e carinho. Atualmente encontram-se matriculados na instituição 521 alunos distribuídos em 28 turmas nos turnos matutino e vespertino.

As turmas são formadas por idade cronológica. Para atuar no Ensino Fundamental, o docente deverá ter a habilitação exigida na lei 9394/96.

A escola atende crianças com necessidades educacionais especiais, mas não conta com um psicopedagogo. Atendendo crianças em parceria com a APAE e sala de recursos com equipamentos necessários ao atendimento dos alunos com maiores dificuldades, acreditando-nos diversos caminhos para a aprendizagem, criando uma escola da qual todos façam parte, independentemente de seu talento, necessidade, situação socioeconômica. A escola oferece aos professores por meio de reuniões, debates, cursos e sensibilização formas de acolher os alunos com necessidades educacionais especiais, buscando assim novas propostas educacionais.

A criança quando vai à escola, espera encontrar nela um espaço no qual possa crescer, desenvolver suas habilidades, socializar, fazer descobertas, aprender, encantar, satisfazer, enfim, se tornar uma pessoa melhor e com mais oportunidades para enfrentar os desafios da vida. Sendo inegável o papel do professor como estimulador e motivador para que esta possa realizar todos os seus anseios.

O professor é para o aluno um exemplo a ser seguido. O fazer pedagógico deve estar voltado para o desenvolvimento integral do aluno. Muitos são os envolvidos neste processo: diretor, supervisor, coordenadores, professores e pais. A escola deve funcionar de maneira harmônica.

No espaço escolar é ofertada uma rotina rica e flexível, respeitando as diferenças individuais dos alunos e as características de cada turma. Oferecendo espaços ricos em aprendizagens: sala de informática, biblioteca, espaços para interação (jogos, brincadeiras), sala de recursos, entre outros.

A maneira como o professor desenvolve suas aulas é de suma importância para que ocorra o sucesso do processo de ensino – aprendizagem. É desenvolvido o trabalho levando-se em conta todas as especificidades dos alunos, tudo é planejado antecipadamente. As atividades desenvolvidas são de acordo com a proposta pedagógica da escola e de acordo com o nível de cada turma. A avaliação é feita através da observação e registro em fichas e também através de portfólios dos alunos e da professora. As professoras trabalham também através de projetos, principalmente os projetos de leitura, escrita e que envolvam matemática.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) funciona no período noturno e possui neste momento 100 alunos matriculados e com idade acima de 15 anos, que buscam ter uma melhor formação para o trabalho e outras conquistas na vida pessoal, com a conclusão do ensino fundamental anos finais.

Esta modalidade de ensino possui uma rotatividade muito grande no número de alunos por estar dividida em períodos (1º ao 4º período), a escola se adapta as necessidades do educando, os mesmos trabalham em média acima de 6 horas diárias o que dificulta a sua permanência na escola.

Cabe ao professor que deixou os alunos em estudos complementares:

- I - elaborar uma ficha diagnóstica com as dificuldades destes alunos (por conceito);
- II - colaborar na elaboração do plano de estudos baseado nas dificuldades diagnosticadas e na avaliação das atividades planejadas.

Os professores, à vista das dificuldades apresentadas pelos alunos, devem elaborar um plano de estudos, orientando-os na realização de estudos dirigidos, trabalhos, pesquisas e outras atividades.

Cabe ao professor da disciplina e especialistas de educação, em conjunto com o conselho de classe, definir a melhor alternativa de atendimento ao aluno, levando em consideração a complexidade do conteúdo curricular, o nível de conhecimento do aluno, bem com outras variáveis que possam interferir em seu processo de aprendizagem.

Nos estudos complementares, o professor sempre que possível em conjunto com o Conselho de Classe, deve acompanhar o desenvolvimento do aluno, avaliando-o no processo, para fins de prosseguimento dos estudos.

Para dar reais condições ao professor e ao aluno para avaliar e reavaliar o desempenho pedagógico, as dificuldades encontradas na assimilação, transferência e aplicação dos novos conteúdos são realizadas aulas de reforço que são ministradas após cada conteúdo dado.

Visando à recuperação contínua e tentando sanar as dificuldades encontradas, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Reuniões com os professores analisando o rendimento escolar a adequando o conteúdo ao nível de dificuldades encontradas.
- Análise e reflexão junto aos professores dos conceitos e sugestão para melhoria do rendimento.
- Levantamento, na medida do possível, dos reais motivos da evasão, buscando as razões da desistência em contatos com o aluno e seus familiares.
- Discussão e sugestão de professores para os problemas mais emergentes e possíveis soluções.
- Reuniões informativas e formais junto à direção e assistência para sugestões que visem aprimorar o ensino e a aprendizagem.
- Sensibilizar os professores com o ato de ensinar, promovendo a democracia escolar.
- Escolher na sala os alunos que serão classificados como “elemento de apoio”, que serão os alunos que apresentam sucessos na aprendizagem. Esses alunos serão instruídos pelos professores para ajudar os colegas com dificuldades.
- Recuperação paralela com atividades diversificadas, trabalho individual e em grupo.
- Recuperação ao final do ano letivo em todos os conteúdos (EJA).
- O professor tem o compromisso de estar avaliando continuamente, como também de estar reforçando os conteúdos sistematicamente se for necessário.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O Colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar, com funções

de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola.

As funções de caráter deliberativo compreendem a tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, desenvolvidas na escola.

As funções de caráter consultivo compreendem a emissão de pareceres, quando consultados pelo diretor ou pela comunidade escolar sobre:

- Proposta de medidas que visem à melhoria do ensino;
- Avaliação de desempenho dos profissionais da escola;
- Avaliação institucional da escola;
- Outras situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas pela escola.
- Ao colegiado, observado as normas legais e as diretrizes estabelecidas para o setor educacional e as especificidades da comunidade escolar, competente:
- Participar da elaboração, implementação e avaliação da P.P.P.
- Acompanhamento do processo de composição do quadro de pessoal.
- Acompanhar e aprovar a aplicação dos recursos financeiros da escola.

Através de uma gestão democrática a relação da escola com a comunidade é realizada com a participação dos pais e funcionários em reuniões e também formação do colegiado para tomar decisões e traçar objetivos, buscando assim um ensino de qualidade.

Com reuniões, palestras, trabalho voluntário é possível oferecer uma maior participação da comunidade, contando com uma equipe capacitada, unida e experiente, comprometida com os melhores resultados, garantindo assim um espaço de afetividade, conhecimento, crescimento físico e psico – social.

A instituição apresenta uma boa aceitação quanto às necessidades de buscar meios de “gestão participativa”, isto é feito através de motivações diversas. Apesar disto, a equipe administrativa e pedagógica da escola ainda considera pequena a participação da comunidade. A equipe ainda salienta que a comunidade precisa de um

trabalho diferenciado não só por parte da escola, mas também na parte de assistência social, saúde e lazer.

Para que ocorra realmente a gestão democrática é essencial que se faça uma “leitura” detalhada da realidade do entorno da escola, e para que isso ocorra todos os profissionais da educação envolvidos devem ter competência técnica, política e humana, pois só assim poderão superar os obstáculos que possam surgir na conquista de uma escola realmente cidadã.

Portanto, vivenciar a gestão democrática nas escolas significa estar em consonância com esse momento de cidadania que reclama uma participação cada vez mais e atuante da sociedade. A participação na gestão da educação e da escola é um processo de conquista, que ajuda a comunidade a contribuir na tomada de decisões nas escolas e também na construção de políticas educacionais.

Conforme Lima (1988, p. 22) “O conceito de participação surge geralmente associado ao conceito de democracia”. É o que todos os educadores esperam, mas ainda temos escolas muito longe desta realidade. A escola busca meios para que a participação aconteça, mas muitos pais ainda não se conscientizaram da importância da participação, na busca de uma escola pública de qualidade. O autor ainda afirma que a não participação é um ponto negativo para toda escola, destacando que todos os envolvidos na educação saem perdendo: pais, professores, alunos, etc.

Portanto, a construção de um projeto político pedagógico coletivo com a participação de toda a comunidade escolar constitui a identidade de cada escola e é, sem dúvida, o instrumento primordial que permite uma gestão democrática. Assim, a participação de professores, alunos, pais e funcionários na organização da escola, na escolha dos conteúdos a serem ensinados, nas formas de administração da mesma, será tão mais efetivamente democrática. Desenvolvendo a autonomia e a criatividade na reorganização da escola para melhor propiciar a sua principal finalidade: o educar, no sentido amplo da palavra.

6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Cuidar do ambiente de trabalho, sempre no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, é compromisso da Escola, assim como promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor, considerando os direitos, deveres e responsabilidades individuais, de acordo com as atribuições de cada cargo.

É preciso considerar atitudes relevantes como: chamar as pessoas pelo nome, sendo cordial, lembrar as datas dos aniversários, ser atencioso ao ouvir as pessoas. Quando precisar chamar atenção, que o faça de forma ponderada. Priorize o trabalho em equipe, destacando os valores e possibilidades de cada um.

Trabalhar o aprender a ser, e o aprender a conviver é também tarefa do Especialista, responsável, em conjunto com o diretor, por criar um clima educativo na escola, de harmonia e entusiasmo, clima sem o qual se torna difícil garantir sucesso dos alunos e o cumprimento das metas da escola.

Os conflitos de relação são pouco frequentes na escola, seja aluno/aluno, professor/aluno, professor/professor/direção.

Quando ocorrem casos de conflitos com alunos, de preferência são resolvidos pelo professor, quando essa estratégia não é possível, os alunos são encaminhados a direção, onde é atendido pela Especialista e pela Diretora.

Precede às medidas disciplinares aos discentes:

- Discutir os valores sociais com os alunos, sensibilizando-o para a solidariedade e o espírito de grupo, que devem nortear a convivência em sociedade;
- Estimular a auto avaliação do aluno acerca de seu comportamento;
- Prestar esclarecimentos ao aluno sobre as consequências da indisciplina na aprendizagem;
- Promover orientação ao aluno quanto à possibilidade de mudança de postura, com intuito de elevar sua estima.

A família é comunicada por bilhete de solicitação de comparecimento a escola, arquivado com a assinatura do responsável. Conflitos graves que excederem essas medidas são buscados auxílios no Conselho Tutelar.

Conflitos com professores e funcionários, são preferencialmente resolvidos na escola, através de um diálogo transparente, registrado em ata.

É fundamental a participação da família no processo de aprendizagem. Os pais precisam acompanhar a vida escolar dos filhos, participando das reuniões promovidas pela escola e atendendo a solicitação quando se fizer necessário.

O envolvimento da família com a escola e os professores é um processo ainda a desejar, uma vez que muitos pais ainda não interessam pelo processo ensino aprendizagem dos seus filhos.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação escolar é um instrumento essencial no processo de ensino, que através da verificação dos resultados obtidos, norteiam objetivos e orienta as decisões a serem tomadas em relação às atividades didáticas.

A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as dimensões cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo integral da aprendizagem. Deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- O atendimento diferenciado aos alunos;
- As adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;
- O registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola, assessorada pelos Especialistas, Equipe Gestora da Escola e Secretaria Municipal de Educação criar estratégias de organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, assim como a gestão de pessoal do corpo docente, com vistas a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem, com as seguintes estratégias:

- Recuperação paralela ministrada pelo professor regente;

- Atendimento diferenciado ministrado pelo professor recuperador;
- Acompanhamento dos pais.

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados dos Programas de Avaliação externa devem ser considerados no planejamento didático.

Os alunos são avaliados ao longo de todo o ano com apresentação de resultados, de modo a permitir o acompanhamento constante de seu desempenho.

A avaliação do processo de aprendizagem é baseada em objetivos educacionais definidos para cada ano, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Ao final de cada ano deve haver uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos em relação aos objetivos do ano em que se encontram, de forma a orientar o planejamento didático do ano seguinte, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem.

O processo de avaliação dos alunos é sistemático, periódico e contínuo.

Na verificação do rendimento escolar observam-se os critérios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Necessidade de estudos de recuperação paralela.

Os resultados das avaliações do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental assim como da EJA são apresentados utilizando-se conceitos.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual devem participar a direção, especialistas, professores e alunos.

A avaliação do processo de aprendizagem no Ensino Fundamental deve ser contínua, diagnóstica e formadora visando o desenvolvimento global dos alunos, baseada em objetivos definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos

alunos.

É garantido aos pais o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos.

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados bimestralmente aos pais e alunos por escrito, utilizando-se notas ou conceitos e informados sobre as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado pela escola.

A Recuperação Paralela é adotada em todos os níveis de ensino. O acompanhamento e a avaliação dos resultados dos alunos devem possibilitar:

- Replanejamento didático, visando garantir o processo de ensino e aprendizagem;
- Permanente informação ao aluno de seu desempenho em relação aos objetivos do currículo;
- Planejamento dos estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno;
- Fornecimento dos dados para auto avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os processos de avaliação aferem, preferencialmente, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, aplicação de conhecimento, as habilidades, competências e automatismo adquiridos, evitando a aferição de dados apenas memorizados.

A avaliação é usada como estratégia para obter as informações pertinentes sobre o processo de aprendizagem, realizar o diagnóstico e redirecionar os rumos da prática pedagógica, sempre que necessário.

Para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima, obrigatória de 75% da carga horária total anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível que se encontra.

Participam da avaliação todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem.

Vários instrumentos de medidas são utilizados, tais como provas, testes,

trabalhos individuais ou em equipe, pesquisas, observações, dinâmicas e outros, devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelos professores e avaliados pelos especialistas, de acordo com o currículo.

A auto avaliação do aluno deve ser adotada por constituir instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem.

Os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Classe, da Direção e Especialistas da escola, para fins de redirecionamento das práticas pedagógicas quando se fizer necessário.

Cabe ao Conselho de Classe, proceder a avaliação do aluno em cada disciplina, com análise periódica de resultados, de modo a permitir ao final do período, recomendar alternativas pedagógicas adequadas às características de cada aluno.

Na avaliação do aproveitamento do aluno do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, A, B e C, na EJA são utilizados notas.

A partir dos resultados é organizada a intervenção pedagógica, que também considera os indicadores de desempenho apontados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Eles orientam para que a instituição escolar reveja sua prática, em que patamar está sua educação; esses indicadores também permitem aos organismos responsáveis pela política educacional desenvolver mecanismos de compensação que superem gradativamente as desigualdades educacionais.

Quando a escola se organiza para construir um processo de avaliação institucional, a partir do planejamento participativo, ela une gestão e avaliação, tendo como ponto de partida o aluno e considerando todos os elementos mediadores do processo pedagógico.

Outro fator importante é a parceria entre gestor, professores, pedagogos, pais e alunos, que devem ter claros os objetivos a ser alcançado, o que pode ser conseguido pela auto avaliação, que ajuda tanto para levantar as ações individuais, como para

redefinir os rumos do Projeto Político-Pedagógico.

A avaliação é um processo que não se limita ao pedagógico da sala de aula, mas atinge toda a escola. Assim, a avaliação institucional visa ao aperfeiçoamento da qualidade da educação para transformar a escola em uma instituição comprometida com a aprendizagem de todos e com a transformação da sociedade.

Por todas as razões apresentadas, a implementação do processo de avaliação escolar deve envolver toda a comunidade educativa e avaliar professores, gestores e a própria instituição escolar. E para ser completa, é preciso que ela considere e congregue os resultados da avaliação educacional, envolvendo agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade.

Para organizar e desenvolver a avaliação institucional numa perspectiva de gestão democrática deve haver participação do Conselho Escolar durante todo processo avaliativo, envolvendo também as famílias como sujeitos corresponsáveis pelo trabalho educativo. As formas de avaliação adotadas pela escola têm obtido resultados satisfatórios, pois as famílias têm participado cada vez mais no processo ensino aprendizagem dos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico é um trabalho interligado com a comunidade escolar desde a sua elaboração, na qual todos participam, até a sua implementação, como forma de melhoria da educação. De acordo com a análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães- CAICpode-se perceber a presença da gestão democrática, o que permite uma extensa participação na construção e no direcionamento das ações educativas concretizadas na escola. Além de participarem das decisões relevantes da administração escolar, as famílias fazem-se presentes no cotidiano das atividades, trazendo sugestões e participando dos eventos promovidos pela escola.

O Projeto Político Pedagógico da escola socializa saberes. É político porque faz parte da esfera dos direitos e é pedagógico porque faz parte do ser na concepção do mundo e cabe à escola sistematizar e socializar cada cidadão, buscar a sua identidade, buscar a alma do povo, a forma de ver o mundo, o diálogo com as particularidades, dar espaço de criação de liberdade. Deverá expressar qual o caminho, o eixo e a finalidade do trabalho escolar. Ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático e de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. É elaborado no sentido de planejar o que a escola tem que fazer a partir do que é possível construir, o que se pretende realizar com seus alunos, tendo em vista as necessidades da clientela, da população e das necessidades na qual a comunidade está inserida.

As mudanças, para serem efetivas, precisam ser assimiladas pela comunidade escolar, que criam e recriam o cotidiano da escola. Por isso, antes de qualquer iniciativa de mudança é preciso ter uma "escuta", ou seja, ouvir de modo qualificado todas as vozes da escola e promover mudanças quando se fizerem necessárias.

A educação está no coração da humanidade. A escola é a agência da cidadania formando cidadãos para agir, interagir e se modificar perante a sociedade. Um Projeto Político Pedagógico deve ser alterado sempre que necessário, sempre que algo que surgir não esteja contemplado no mesmo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB nº 9394/1996). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996. 29p.

_____. **Lei da educação ambiental**(9795/99). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1999.

_____. **Estatuto da Criança e adolescente** (ECA nº 8069/1990). Brasília: Senado Federal, centro Gráfico, 1990.

LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 1988.

MINAS GERAIS. **Guia do Diretor Escolar**. Secretaria de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15 ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.